

DOCUMENTOS

A AMAZÔNIA: PROBLEMÁTICA DE UM MACROESPAÇO BRASILEIRO EM PROCESSO DE MUDANÇA



Mário Lacerda de Melo
Pesquisador da
Fundação Joaquim Nabuco

INTRODUÇÃO

Mencionemos preliminarmente que os empreendimentos culturais, de estudos e de pesquisa, projetados e encetados pela Fundação Joaquim Nabuco na Amazônia, correspondem, como se sabe, a um preceito legal que define, como sua área de atuação, não somente o Nordeste mas, também, o Norte do País. Não somos, porém, que, a esse motivo, soma-se o representado pelo fascínio exercido pelos próprios contrastes existentes entre as duas grandes regiões brasileiras mais subdesenvolvidas. Nordeste e Amazônia são, com efeito, grandes áreas geográficas cujas relações interesaciais se fundamentam em diferenças geradas sob condicionamentos severos de quadros naturais contrastantes. A própria função povoadora desempenhada pelo Nordeste em face dos espaços amazônicos — função que nos faz enxergar nas comunidades amazônicas uma como continuação, ou como prolongamento, no tempo e no espaço, das populações nordestinas — foi condicionada pelas referidas dessemelhanças.¹

Registremos, que a viagem ensejadora das observações de que nos vamos ocupar neste documento teve como finalidade central propiciar, a um grupo de pesquisadores da FUNDAJ, contactos com as realidades e problemas de natureza sócio-ecológica, sócio-econômica e sócio-cultural daquele imenso segmento do sistema espacial brasileiro. Visava-se a melhor se habilitarem esses pesquisadores a definir, dentro da grande região, programas e projetos de estudos e pesquisas a serem executados, através de soma de esforços, em conjunto com prestigiosas instituições ali sediadas. Estudos e pesquisas que, à base de atribuições legalmente outorgadas a esta Fundação (ou ao antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sejam capazes de servir de apoio às ações do poder público voltadas para a melhoria das condições de existência das populações da Amazônia, certamente não menos carecedoras do que as do Nordeste.

Trata-se de viagem programada cuidadosamente e com uma antecedência que certos motivos de adiamento tornaram mais longa. Dando cumprimento a um dos itens do seu programa, foi ela precedida, para seu melhor rendimento, de seminário sobre características e especificidades dos espaços a serem visitados. Seu período de realização foi de 15 dias, tendo-se estendido de 11 a 25 de maio.² Os contactos e observações por ela propiciados ocorreram nos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia e no Território de Roraima, abrangendo insti-

tuições e personalidades tidas como indicadas para a prestação dos informes que se pretendia recolher.³

Devemos informar, ademais, que, menos de um mês terminada a excursão mencionada, voltamos à Amazônia para, em Manaus, participar, em nome da FUNDAJ, do V Encontro Regional de Pesquisadores da Amazônia, realizado no período de 25 a 27 de junho.⁴ Tal ocorrência contribuiu para enriquecer a soma de informações propiciadas pela viagem anterior. Desse modo, as observações aqui registradas refletem, também, a ampliação de conhecimento que nos foi proporcionada pelo mencionado Encontro.

Acreditamos cabível, dentro dos presentes tópicos introdutórios deste documento, recordar preliminarmente que a grande problemática dos imensos espaços visitados apresenta-se sob dupla perspectiva: a do seu subdesenvolvimento e a do seu subpovoamento. Em relação à primeira, ela se assemelha à do Nordeste, como parte da área periférica do espaço brasileiro economicamente estruturado. E, em relação à segunda, não precisamos dizer que a problemática da Amazônia contrasta com a do conjunto dos espaços nordestinos.

Uma outra observação de caráter geral, também oportuna, é a de que se trata de imensa parcela do potencial de espaço do Brasil que, nas últimas décadas, entrou visivelmente em processo de mudança. Por paradoxal que pareça, reside precisamente na transformação sócio-econômica, pela qual está passando a gigantesca região, a causa fundamental, ou o condicionador maior, dos seus problemas mais aflitivos e inquietantes. É desses problemas que, de modo sumário, se ocupa o presente documento. Abordaremos os mesmos, tratando especificamente: (i) do tradicional sistema mercantil-extrativista; (ii) dos fatores, instrumentos e tendências do processo de mudança em curso; (iii) do processo de mudança em face dos condicionamentos do meio ecológico; (iv) das distorções espaciais do crescimento econômico e populacional; (v) das distorções de natureza social e (vi) de outros problemas emergentes. Algumas conclusões servirão de remate ao trabalho.

1. O TRADICIONAL SISTEMA MERCANTIL-EXTRATIVISTA

Sem pretender dizer novidades, mas apenas recordar alguns fatos básicos, necessários à compreensão do processo amazônico, iniciaremos lembrando que possuía um caráter nitidamente mercantil-extrativista o sistema sócio-econômico vigorante na Amazônia desde a época em que os vastíssimos espaços da região começaram a ser explorados e ocupados (escassamente) pelos colonizadores portugueses. Atividades de extrativismo florestal, e não de lavoura e de pecuária, respondem, com efeito, pela formação, naqueles espaços da floresta equatorial brasileira, de um muito extenso porém, ao mesmo tempo, muito débil quadro econômico.

Fatores e condicionamentos endógenos e exógenos situam-se na gênese daquele sistema. Entre os primeiros, figuram as severas limitações de ordem climática e de natureza edáfica que dificultaram, ou não permitiram, na área da hiléia, a implantação e o desenvolvimento de atividades do uso da terra do mes-

mo tipo e, na mesma proporção, dos que se instalaram nas terras correspondentes aos demais domínios ecológicos brasileiros. Sabe-se, com efeito, que o clima superúmido com estação seca curta, ou até pouco definida, e a baixa fertilidade dos solos das imensas áreas da chamada terra firme, ou seja, dos muito extensos interflúvios do baixo platô amazônico dificultaram a implantação, ali, de uma economia e de uma sociedade apoiadas no uso agrícola e pastoril da terra. Ao mesmo tempo, a composição da mata amazônica favorecia o desenvolvimento de atividades coletoras e extrativas. Voltaremos a esse aspecto.

A influência de fatores exógenos, estimuladores da implantação do sistema mercantil-extrativista na Amazônia, efetivou-se por meio da demanda internacional de produtos florestais. Durante certa fase, essa demanda sabe-se que foi exercida especificamente através da estrutura de comercialização da famosa Companhia de Comércio do Maranhão e Grão Pará. Em período menos remoto, o avanço das atividades extrativas devido às solicitações do mercado externo, sabe-se, também, que foi condicionado pela expansão do uso da borracha natural, ocorrida sob a influência da evolução da tecnologia dos transportes, a partir das últimas décadas do século XIX. Os seringais passaram, então, a constituir a célula básica da estrutura econômica da grande região.

A par disso, não deixemos de mencionar que outros tipos de atividades, além das de extração da borracha e coleta de castanha e de outros produtos silvestres, contribuíram para emprestar à estrutura econômica macrorregional um caráter eminentemente extrativista. É bem esse o caso da exploração madeireira (ainda extrativismo vegetal), da pesca e da caça (extrativismo animal) e da garimpagem (extrativismo mineral).

Como se vê, o sistema sócio-econômico mercantil-extrativista, condicionado pelos fatores endógenos e exógenos referidos, assumiu formas diversas. O fator básico que, para isso, contribuiu foi certamente a própria multiplicidade dos recursos naturais objeto das atividades extrativas. A par disso, a abundância desses recursos iria contribuir eficazmente para a longa duração do sistema. Só recentemente começou ele a ser substituído por um quadro econômico fundado sobre o uso do solo e sobre a exploração, em escala maior e com o uso de tecnologia evoluída, dos recursos do subsolo.

Por força de motivos ligados à sua própria natureza, a velha estrutura econômica de base extrativista teria de caracterizar-se como frágil e extensiva. Espalhou-se ela por imensas áreas onde vem sustentando um povoamento rarefeito e de feição linear ribeirinha, balizado pelas linhas principais da portentosa rede hidrográfica regional. E não deixemos de mencionar, a propósito, que, fornecendo os caminhos de penetração e as vias únicas de circulação, essa rede fluvial constituiu um outro fator, de fundamental importância, da formação do quadro em foco e da sua muito longa duração.

A estrutura do sistema é conhecida. Os agentes econômicos que o constituem são, essencialmente, o comerciante, o seringalista, o seringueiro e o regatão. O comerciante, estabelecido principalmente em Belém e Manaus, faz dessas cidades portuárias os dois grandes empórios da Amazônia. Importador, ele se favorece da circunstância de atuar em região que recebe de fora quase tudo o que consome e, exportador, ele se beneficia do fato de atuar em espaço geográfico que

envia para fora quase tudo o que produz. Quer na primeira quer na segunda dessas funções, suas margens de lucro são certas e vultosas pois o produtor, seja como adquirente seja como vendedor, tem sempre um muito baixo poder de barganha. A posição do comerciante teria de ser, por isso, a de ápice ou de cabeça do sistema.

Imediatamente abaixo vem o proprietário de terras, também designado como *patrão* ou como seringalista. Anotemos que, na Amazônia, as propriedades rurais, por efeito da importância que, dentro delas, têm freqüentemente a presença da seringueira, chamam-se genericamente seringais.⁵ Relaciona-se o seringalista, pelo lado de cima, com o comerciante e, pelo outro lado, com o seringueiro ou trabalhador do seringal que figura como terceiro agente do sistema. A este, o patrão fornece os gêneros com que pode viver, através de uma operação denominada *aviamento*. E como o aviador recebe, por pagamento, não um valor em dinheiro mas os próprios produtos do trabalho realizado em sua propriedade, designa-se o regime, ou a relação social de produção e trabalho, como de *aviamento-escambo*.

Dado que o poder de barganha do seringueiro em face do seringalista é muito baixo, recebe ele preços aviltados, que respondem por suas condições de vida ao limite do nível de sobrevivência. Isso empresta ao sistema sócio-econômico mercantil-extrativista um caráter eminentemente espoliativo. E o fato de não poder o trabalhador se deslocar à procura de melhoria de sua renda familiar, por estar quase sempre na condição de devedor em sua conta corrente com o proprietário, tem servido para se caracterizar a sua situação como de semi-escravatura ou de trabalho forçado. Para pôr termo a esse estado de cousas vem surgindo, já agora, um movimento de organização sindical das comunidades de trabalhadores rurais.

Um outro agente que também integra o sistema em causa é o *regatão*. Trata-se de mercador que, em seu estabelecimento ambulante, representado por uma embarcação carregada com mercadorias, abastece as populações ribeirinhas com artigos diversos, que precisam receber das cidades e de outras áreas. Em pagamento, recebe toda sorte de produtos resultantes do trabalho dessas populações. A troca direta ou escambo também prevalece desta vez. E, também agora, o baixo poder de barganha das comunidades rurais pobres, dispersas no meio da selva e ao longo das ribeiras, contribui para o caráter leonino das transações em favor do mercador. Mas isso não invalida a importância da função exercida pelo regatão no sistema regional amazônico, como elo, por vezes quase único, da vida de relação das populações interioranas.

2. FATORES, INSTRUMENTOS E TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE MUDANÇA

O sistema de organização sócio-econômica que acaba de ser descrito, cujas origens datam do início da colonização, permaneceram sem maiores alterações até meados deste século. Pela sua própria natureza, não pôde o mesmo servir de base a uma ocupação verdadeiramente expressiva dos imensos espaços amazônicos. Os baixos índices de povoamento tornaram-se, sobretudo a partir

dos anos cinqüenta, motivo de inquietações e preocupações por parte do poder público a nível federal. Inquietações e preocupações que se deviam mais especificamente (i) ao fato de situar-se na Amazônia a maior parte da linha de fronteiras terrestres do país, (ii) à enorme extensão dos espaços despovoados e subpovoados da grande região e (iii) às notícias de existência, ali, de um grande potencial de recursos minerais. Trata-se, como se vê, de motivações que muito têm a ver com a ideologia de segurança nacional e, de um modo geral, com concepções tidas como de natureza geopolítica.

Inspirado sobretudo nessas motivações, e tendo em vista também o interesse que, para o setor externo da economia brasileira, representava a exploração do potencial de recursos minerais da região, o governo brasileiro deu início a um conjunto de empreendimentos e iniciativas havido como capaz de provocar, naquele imenso segmento do espaço brasileiro, um processo de desenvolvimento e de ocupação territorial. Destacam-se entre esses empreendimentos e iniciativas:

a) no plano da infra-estrutura rodoviária, a construção das estradas Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Manaus-Porto Velho, Cuiabá-Santarém, Transamazônica e Manaus-Boa Vista. Com exceção do último, esses troncos rodoviários representam novas vias de acesso a vastíssimos espaços da grande região aos quais somente se podia chegar, anteriormente, através da navegação marítima e fluvial ou via aérea;

b) no plano dos incentivos fiscais e creditícios, a fundação: (i) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), abrangendo os setores industrial e agropecuário, (ii) do Banco da Amazônia (BASA), agente financeiro da SUDAM e órgão de prestação de assistência creditícia, e (iii) da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), cobrindo os setores comercial (zona de livre comércio) e industrial bem como a área do chamado Distrito Agropecuário, da mesma Zona Franca;

c) no plano da ocupação territorial: a criação de condições para a colonização espontânea e a execução de projetos de colonização dirigida, com apoio nas rodovias referidas na letra *a*, em áreas da pré-amazônia maranhense, goiana e mato-grossense bem como em espaços do leste paraense e no Estado de Rondônia, acarretando o deslocamento da fronteira econômica do País, a partir do Nordeste e do Brasil Central;

d) no plano dos levantamentos básicos: cobertura de todo o vastíssimo segmento espacial em estudo por imagens de satélite, permitindo mapeamento de interesse fundamental em pesquisas diversas, notadamente nos alusivos aos potenciais de recursos da grande região;

e) nos planos energético e das telecomunicações: progressos amplos em ambos esses setores representativos de precondições infra-estruturais de desenvolvimento, destacando-se, quanto ao primeiro, a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí e, quanto ao segundo, a cobertura de todo o vastíssimo espaço da macrorregião;

f) no plano das pesquisas básicas: (i) trabalhos pioneiros do Instituto Agrônomo do Norte, com destaque para a contribuição de Felisberto C. Camargo; (ii) trabalhos científicos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA),

cobrimdo aspectos diversos do meio ecológico regional; (iii) expansão e desdobramento da pesquisa agrônômica, sob a égide da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), devidas às instituições por ela abrangidas na macrorregião; A CEPATU (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido), as UEPAEs (unidades de experimentação e pesquisa agropecuárias de âmbito estadual) e as UEPATs (unidades de experimentação e pesquisa agropecuária de âmbito territorial);

g) no plano da exploração de recursos minerais: (i) implantação de grandes projetos referentes ao manganês do Amapá, à bauxita do vale do Jari e ao minério de Carajás e (ii) expansão das atividades de lavra e garimpagem referentes ao ouro, principalmente de Serra Pelada, e à cassiterita, sobretudo dos Estados de Rondônia e Amazonas;

h) no plano da divisão político-administrativa: a criação dos Estados do Acre e Rondônia e dos territórios do Amapá e Roraima, representando uma melhoria da estrutura e povoamento da grande região. Estrutura de apoio do poder público ao desenvolvimento e povoamento da grande região. Estrutura de apoio cuja área global de atuação, já agora, muito ultrapassa os limites da grande região natural e dos tradicionais espaços tidos como do Brasil Norte, para tornar-se ainda mais gigantesca ao abranger todos os espaços hoje definidos como da Amazônia Legal.⁶

A presença, nos imensos espaços da Amazônia — da Amazônia Legal, frisemos agora — de todo o conjunto de políticas bem como de todo o arsenal de instrumentos postos ao seu serviço, tudo se exprimindo ou se refletindo nas iniciativas, empreendimentos e atividades enumerados acima, haveria de gerar um enorme impacto. O efeito geral desse impacto traduz-se em uma progressiva mudança da tradicional estrutura econômica da macrorregião, de caráter mercantil-extrativista, para um quadro sócio-econômico cujas características essenciais estão consistindo sobretudo (i) em apoiar-se mais acentuadamente em atividades utilizadoras de recursos do solo e do subsolo e, ao mesmo tempo, (ii) em fazer uso, em escala maior, do fator capital tanto no tocante aos processos produtivos quanto no concernente ao sistema de trocas.

O processo de mudança, que se vai desenvolvendo com essas características, não haveria de ser tranqüilo. Por um lado, ele encontra dificuldades inerentes à sua própria natureza e às influências das condições do quadro ecológico e do potencial de recursos dos imensos espaços em causa. Por outro lado, não têm sido poucos, nem de pequena monta, os problemas e distorções gerados pelos próprios efeitos dos dispositivos e empreendimentos que o governo vem montando e fazendo funcionar para desenvolver e povoar a região. A consideração daquelas dificuldades e dessas distorções constitui, certamente, condição indispensável ao êxito das ações do poder público. Passemos a vê-las mais de perto.

3. O PROCESSO DE MUDANÇA E OS CONDICIONAMENTOS DO MEIO ECOLÓGICO

Nenhuma categoria de problemas representa obstáculo maior à substitui-

ção da estrutura sócio-econômica apoiada no extrativismo florestal, por uma outra baseada no uso agrícola da terra, do que a referente ao fator ecológico e, mais particularmente, às condições climáticas e aos recursos edáficos. O clima amazônico, do tipo megatérmico úmido com chuvas distribuídas, de curta estação seca, sabemos, segundo deixamos entendido páginas atrás, haver constituído e continuar a constituir um obstáculo, ou até um empecilho — subentendido o emprego de uma tecnologia agrícola primitiva e extensiva — à utilização, em larga escala, nos espaços do domínio primitivo da floresta equatorial, daquelas espécies vegetais e animais que, em outras regiões brasileiras, serviram de base à formação de economias, de sociedades e até de civilizações variavelmente vigorosas. Dentre elas, sobretudo o café, a cana-de-açúcar, o algodão e, dentre os animais, o bovino.

Condicionamento igualmente restritivo ao uso agrícola dos espaços do domínio ecológico da mata equatorial — subentendido, também agora, o emprego de processos produtivos rudimentares — tem sido e continua sendo o da qualidade dos solos. Já não constitui novidade para ninguém, com efeito, que a floresta amazônica, cuja exuberância outrora se supunha representar um sinal de terra fértil, é auto-sustentada, vivendo dos seus próprios detritos. Na imensa maioria dos espaços por ela cobertos, os solos são pobres.

Não, entretanto, a fração correspondente às várzeas fluviais, formadas por aluviões que se renovam anualmente em função do subir e descer das águas dos rios ao longo dos quais se encontram. Daí termos, na maior parte da Amazônia, uma repartição do uso agrícola da terra de feição, muito predominantemente, linear ribeirinha. Repartição coincidente, em termos gerais, com a das atividades de extrativismo e de pesca bem como, em consequência, com a do próprio povoamento, tudo isso exprimindo, concomitantemente, uma outra forma de condicionamento mesológico: o devido à rede potamográfica. Mas essas terras de várzeas, onde se concentram, em grande proporção, as atividades agrícolas, não apresentando problemas em relação à fertilidade, opõem, entretanto, restrições relacionadas (i) com a sua quantidade, ou seja, com a proporção com que participam da superfície da região (apenas cerca de 2,0%), (ii) com o período de tempo que podem estar cobertas de lavouras ou de pastagem (apenas seis a oito meses, o que impede o seu uso por meio de culturas de longo ciclo e de culturas permanentes) e (iii) com sua configuração em faixa estreita, acarretando reflexos negativos em relação ao problema da distância e da acessibilidade.

Baseada sobretudo no uso dos solos das várzeas, que apresentam essas limitações, percebe-se que a agricultura amazônica teria de apresentar as debilidades intrínsecas que tanto a caracterizam. Em consequência, uma economia que, em função do processo de mudança estrutural em curso, tende a se apoiar, cada vez menos nas atividades de extrativismo florestal e, cada vez mais, no uso agropastoril da terra, teria de se ir voltando, como está ocorrendo, para a conquista dos solos da terra firme. Estes, porém, em geral, são notoriamente pobres e facilmente degradáveis. Como se sabe, a remoção, para fins agrícolas, da mata que os protege e alimenta, acarreta, sob o rudimentarismo dos processos produtivos em voga, sua rápida degradação. Com a lixiviação intensa a que se sujeitam, devido à abundância das chuvas, passam a expor areias quartzosas e concreções lateríticas que os tornam crescentemente impróprios para a lavoura.

Um exemplo muito conhecido, que também vale como dura advertência, no tocante à degradação rápida dos solos de terra firme, por efeito do seu uso agrícola à base de processos produtivos rudimentares, é o da região bragantina. Visando-se à solução do problema do abastecimento alimentar de Belém, ali foi implantado um ambicioso projeto de colonização, sob a égide do governo do Pará, no período de fastígio da borracha. Foram 14 os núcleos coloniais projetados e/ou implantados, com assentamento, até certa época, de colonos estrangeiros, seguido de povoamento com nordestinos. A construção, na mesma época, da estrada de ferro Belém-Bragança, para servir de apoio à iniciativa, também oferece idéia acerca da amplitude da iniciativa. Desgraçadamente, porém, a vasta dimensão do empreendimento somente serviu para tornar maior a significação do seu insucesso e da lição que implicou. Por trás desse fracasso situam-se, inquestionavelmente, os condicionamentos severamente adversos do meio natural, sobretudo os dos solos da terra firme.⁷

Como as condições edáficas do mesmo tipo correspondem, segundo estimativas, a mais de 90% das terras da região, o processo de mudança de um sistema de base extrativista, para uma economia apoiada na agricultura, requer, antes do mais, um comportamento seletivo em favor das áreas mais férteis. Estas são, em primeiro lugar, as das várzeas, que, entretanto, estão sujeitas às restrições mencionadas acima. Em segundo lugar, são aquelas encontradas, por exceção, na terra firme, representadas por algumas ocorrências de terra roxa e por numerosas pequenas manchas de terra preta,⁸ ambas significando muito pouco em relação ao potencial de recursos edáficos que seria necessário para servir de base a uma economia rural desenvolvida nas imensas extensões da Amazônia.

Um outro fator, de que depende o avanço do processo de mudança do quadro econômico rural da macrorregião, reside nos resultados dos esforços que se desenvolvem no plano da pesquisa e da experimentação agrícola. Nesse particular, as conquistas e achados, que se vão alcançando, representam uma das mais importantes precondições para a implantação do novo sistema. Tais esforços são sobretudo os devidos à EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e aos estabelecimentos de experimentação em que se desdobra, mencionados páginas atrás.

As atividades em andamento nesses estabelecimentos visam naturalmente a resultados que possam servir de precondição ao grande objetivo geral de criar, na Amazônia, uma economia rural verdadeiramente adaptada às condições ecológicas do grande espaço regional e dos seus segmentos sub-regionais. Ao mesmo tempo, os trabalhos neles realizados e em curso inspiram-se em objetivos específicos da maior relevância. Um deles consiste na obtenção de novos cultivos de espécies agrícolas de curto ciclo. Um outro volta-se para culturas permanentes de origem regional como é, particularmente, o caso da seringa, do dendê, do cacau e do guaraná ou, também, originárias de zonas de condições naturais semelhantes, como a pimenta-do-reino. E nota-se, a par disso, por parte dos estabelecimentos referidos, uma justa e procedente preocupação com o alargamento do leque de plantas economicamente cultiváveis sob as referidas características ecológicas. Nesse ponto, merece registro a inclusão, já iniciada a nível experimental, de essências florestais, com vistas a uma futura produção de madeira a

partir do plantio de espécies tornadas raras e, por isso, de maior valor econômico.

Por animadores que sejam os avanços alcançados por esses esforços, temos de perceber que é, ainda, bem longo o caminho a ser percorrido até podermos ver plenamente solucionado, nos vastíssimos espaços da Amazônia, o problema da conquista agrícola dos solos de terra firme e, por via de consequência, a plena implantação, sobre eles, de uma organização sócio-econômica baseada no uso agrícola da terra.

A par de tudo isso, devemos considerar que, nas áreas transicionais entre a Amazônia e os espaços brasileiros com ela confinantes, situados no Nordeste e no Centro-Oeste, as restrições ecológicas se vão atenuando. Por um lado, uma pluviosidade, que se vai tornando menor, e um regime pluviométrico, onde a estação seca se vai ampliando, condicionam o alargamento das combinações agrícolas e favorecem as atividades pastoris. De outra parte, a presença de extensões consideráveis de solos mais ricos, possuidores de ocorrências mais amplas de terra roxa, como acontece em Rondônia, favorece, através de propagação horizontal, o advento do sistema sócio-econômico apoiado no uso da terra.

4. DISTORÇÕES ESPACIAIS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E POPULACIONAL

Em um espaço territorial da extensão do Brasil Amazônico, não se poderia esperar que os resultados de uma política de desenvolvimento e povoamento se apresentassem, por toda parte, com a mesma intensidade e se revestissem das mesmas características. À parte as diferenças internas de natureza fisiográfica e ecológica bem como as referentes ao potencial de recursos naturais, contribuiu para as desigualdades existentes, no particular, a posição geográfica de cada um dos diversos subespaços em que a área territorial em foco naturalmente se pode dividir e subdividir. Posição geográfica, em relação, por exemplo, (i) ao mar, (ii) às terras do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste do País, (iii) à enorme calha principal e às grandes calhas secundárias da imensa rede hidrográfica regional, e, ainda, (iv) em relação aos diferentes troncos do sistema rodoviário recentemente implantado. Condicionada em suas manifestações sub-regionais pelo fator posicional, mas não apenas por ele, a expansão econômica e demográfica da Amazônia, sob o impacto da política e dos empreendimentos governamentais mencionados páginas atrás, vem-se realizando de modo acentuadamente concentrado em algumas áreas enquanto, na imensa maioria das terras, o processo de crescimento simplesmente não aparece ou surge de modo pouco perceptível. Reside nesse fato uma das mais importantes distorções características das mudanças que, nas últimas décadas, vêm ocorrendo no imenso espaço brasileiro aqui focalizado.

Dentre os casos de segmentos espaciais que se privilegiaram por esse desenvolvimento caracterizado por uma contrastante concentração geográfica, os que mais se destacam são os constituídos pela Região Metropolitana de Belém, pelo Leste Paraense, pelo Estado de Rondônia e pela área urbana do Município de Manaus. Aos objetivos deste documento interessa menos a análise, caso por

caso, desses subespaços, em suas especificidades, do que a simples menção de sua existência como expressivo elemento evidenciador do caráter espacialmente desigual do processo em curso. Não deixemos, entretanto, de referir:

a) que a expansão econômica e demográfica da Região Metropolitana de Belém está condicionada (i) pela sua posição geográfica de porta da Amazônia, (ii) pelo fato de tratar-se de área nucleada pelo centro urbano de maior área de influência da Amazônia e (iii) pela circunstância de tratar-se de área particularmente favorecida pelos incentivos industriais da SUDAM;

b) que, no caso do Leste Paraense se trata de zona favorecida pela estrada Belém-Brasília. Zona que, por isso, se tornou espaço de destino de movimentos de ocupação territorial onde, ao lado da colonização espontânea e da colonização dirigida realizadas por pequenos produtores, se formaram numerosos grandes estabelecimentos rurais de feição capitalista, muitos deles beneficiados pelos incentivos da SUDAM. Também se trata de espaço onde se localizam, além do famoso garimpo de Serra Pelada, os gigantescos empreendimentos governamentais do projeto Carajás e da usina de Tucuruí;

c) que, no exemplo do Estado de Rondônia, o surto de crescimento econômico e populacional não pode ser desvinculado do fato de tratar-se de amplo segmento territorial (mais de duas vezes a superfície de Pernambuco) favorecido (i) pela sua posição geográfica na área de transição entre o Brasil Norte e o Centro-Oeste, (ii) pela construção do tronco rodoviário Cuiabá-Porto Velho e, não menos importante, (iii) por um potencial de recursos e condições ecológicas favorecedoras de formas diversificadas de uso da terra;

d) e que, no tocante a Manaus, o crescimento econômico e populacional, com sua feição explosiva, deriva do muito elevado dinamismo que, sobre as atividades comerciais e industriais e sobre o turismo, resultou da instituição, no município, dos incentivos fiscais estabelecidos pela legislação da SUFRAMA.

Fora dos limitados espaços que acabam de ser mencionados encontram-se, obviamente, as áreas, imensamente maiores, onde a política de desenvolvimento e de ocupação territorial do Governo não tem logrado alcançar maiores resultados. Trata-se de distorção, ou de desequilíbrio de natureza espacial, que inspirou um programa específico fundamentado na necessidade de se "orientar o processo de ocupação de modo ordenado e seletivo": o Polamazônia. Previa esse programa uma concentração de esforços em "áreas prioritárias, nucleadoras de forças propulsoras do desenvolvimento". Áreas denominadas "pólos agropecuários e agrominerais", em número de 15: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó.

São tão variáveis as situações geográficas e as características geo-sócio-econômicas dessas áreas que se torna difícil atinar com o critério que presidiu a sua escolha. Na maioria das vezes, a seleção esteve longe de recair em espaços possuidores de condições de cumprir a função a que se destinaram. Em alguns casos, porém, como acontece particularmente nos exemplos das regiões de Carajás, de Rondônia, do Acre e de Altamira, a escolha correspondeu a espaços já favorecidos por outros segmentos da política de desenvolvimento. Notemos,

porém, que as grandes dimensões das áreas definidas não apenas se opõem à significação do vocábulo *pólo* como, o que é mais relevante, ao propósito, de se realizarem os esforços concentrados, previstos no programa. De todo modo, o insucesso deste parece derivar sobretudo do fato de se haver baseado em conhecimentos insuficientes, ou pouco realistas, acerca da maior parte dos subespaços a que se destinou.

5. DISTORÇÕES DE NATUREZA SOCIAL

O fenômeno das distorções espaciais do crescimento, derivado da política de desenvolvimento regional, representa, por si mesmo, um insucesso dessa política na medida em que seus efeitos não aparecem ou pouco aparecem na maioria dos espaços da Amazônia e não beneficiam, ou pouco beneficiam, as populações neles existentes. O pior, entretanto, é que, a essa constatação, temos, infelizmente, de somar a de que, nos limitados segmentos espaciais onde vem ocorrendo a concentração geográfica do crescimento econômico e populacional, com ela aparecem invariavelmente distorções de outro tipo: as do plano social. Representam estas, a rigor, efeitos perversos do crescimento. Somados ao fenômeno da concentração geográfica, esses efeitos agregam incontestavelmente, ao desenvolvimento da Amazônia, um componente sociopático.

Uma análise adequada dessa importantíssima matéria demanda diagnóstico detido que, evidentemente, ultrapassaria os limites deste documento. Reclamando muito mais do que um estudo à parte, ela precisa ser abordada por todo um conjunto de linhas específicas de pesquisa. Disso, em geral, estão plenamente conscientes os cientistas sociais da região, como bem o demonstram muitos dos estudos apresentados ao longo dos cinco "Encontros Regionais de Pesquisadores" já realizados, inclusive o ocorrido recentemente (de 25 a 27 de junho) sob a égide da Universidade de Manaus. Não deixemos, porém, de mencionar, dentre as referidas distorções, as que se podem considerar de maior relevância tanto no mundo rural como no setor urbano.

No mundo rural, a gênese dos males encontra-se, sobretudo, na política e no processo de colonização vigentes. Quer se trate de áreas onde a ocupação territorial e a organização agrária foram planejadas e dirigidas, quer de espaços onde surgiram de modo espontâneo ou, ainda, de zonas onde tiveram ambas essas origens, uma estruturação fundiária anômala responde pela formação de sociedades que, por não serem equilibradas nem justas, se tornaram conturbadas. É o que ocorre em sub-regiões diversas, assumindo gravidade maior em algumas delas. Entre estas, a ampla porção de terras situada ao longo da rodovia Belém-Brasília e da Transamazônica e as áreas situadas no sudeste do Pará e nos espaços pré-amazônicos do Maranhão e de Goiás. É o que acontece, também, no Estado de Rondônia. Estado onde a avalanche migratória recente se vem somando aos defeitos da estruturação agrária (espontânea e dirigida) para agravar a problemática sócio-econômica.

Nessas grandes zonas de avanço recente da fronteira agrícola, a presença de um órgão específico de colonização não foi suficiente para impedir o surti-

mento do referido processo de estruturação fundiária cujas anomalias se exprimem tanto pelos instrumentos ao seu serviço — entre os quais o da ocupação de fato e a grilagem — como pela feição desordenada que assumiu. Uma tendência acentuada para a oligopolização das terras tudo indica estar constituindo uma resultante desse insólito processo. A ele não é estranha, com toda certeza, a existência de um clima de tensões, de conflitos, de insegurança, e de delinqüência que torna indispensável, naquelas terras, uma reestruturação fundiária antes mesmo que a estruturação inicial se haja completado.

No tocante ao setor urbano, a gênese da problemática reside muito menos nas próprias cidades do que no campo, como, aliás, nos habituamos a ver no Nordeste. Os problemas do mundo rural, na forma de que se revestem em regiões do tipo das citadas acima e que, com peculiaridades diversas, aparecem em outros subespaços da Amazônia, ocasionam deslocamentos populacionais de sentido centrípeto causadores de crescimento acelerado dos centros constitutivos da frágil e não organizada rede urbana macrorregional. Como os numerosos núdulos populacionais tidos como pequenas cidades são apenas, com grande frequência, simples alglomerados rurais, não surpreende que as populações vindas do campo se dirijam sobretudo para os centros de médio e grande portes. Destacam-se, entre estes, o de Belém, considerado Região Metropolitana, e o de Manaus. Seguem-se, naturalmente, as outras capitais de unidades federadas (Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista e Macapá) bem como algumas outras cidades, a exemplo de Imperatriz, na Pré-Amazônia Maranhense, e Santarém e Marabá no Estado do Pará.

Tendo-se em vista que os deslocamentos populacionais para essas cidades ocorrem, na maioria dos casos, como ficou entendido, bem menos em função da existência de um dinamismo urbano do que de fatores de repulsão existentes nas áreas de procedência, não surpreende que seu crescimento se revista, como acontece no exemplo nordestino, de um caráter socialmente doentio, traduzindo-se por verdadeira inchação urbana. A existência de uma rede de cidades inchadas no meio de muito amplos espaços pouco povoados, ou até anecumênicos, torna-se, assim, uma das mais chocantes anomalias sociais da Amazônia.

Nessas cidades, o crescimento populacional não admira que seja sempre superior, de uma parte, ao da capacidade de absorção das atividades econômicas urbanas e, por outro lado, ao das respectivas estruturas prestadoras de serviços sociais básicos, o que acarreta, naturalmente, a existência de quadros sociais de carência e de pobreza. As paisagens urbanas bem o refletem, sobretudo nos bairros favelizados, que são, com frequência, áreas variavelmente extensas cobertas por precárias palafitas plantadas sobre terras sazonalmente inundadas.

O caso de Manaus é diferente. Embora possua áreas socialmente deterioradas, a cidade é dotada de excepcional dinamismo. Para as migrações que, nela, contribuem para um crescimento verdadeiramente explosivo, o que sobretudo está contribuindo é a expansão, gerada pela política da SUFRAMA, das atividades comerciais e industriais e dos serviços ligados ao turismo. De qualquer modo, porém, o vertiginoso crescimento da capital amazonense realiza-se, em parte expressiva, à custa de fluxos migratórios procedentes de uma hinterlândia que a própria política da Zona Franca pretendia desenvolver. Política cujos aspectos

positivos não impediram, eles próprios, de acarretar, para o Estado do Amazonas, um desenvolvimento caracterizado por uma gritante macrocefalia.

6. OUTROS PROBLEMAS

Além de tudo isso, são problemas relevantes que também afetam basicamente a dinâmica de mudanças em curso na Amazônia, os referentes (i) ao abastecimento alimentar das populações, (ii) à infra-estrutura de circulação, (iii) aos efeitos sociais dos grandes projetos de exploração mineral e (iv) ao equilíbrio ecológico e uso predatório dos recursos florestais. Vejamos, sumariamente, em que consiste cada um deles.

6.1 O Problema do Abastecimento Alimentar

De um processo de mudança que se caracteriza, segundo mencionamos páginas atrás, pelo advento gradativo de um sistema sócio-econômico apoiado na participação maior das atividades de uso da terra (ao lado das de mineração) e menor nas de extrativismo dos recursos florísticos, seria de esperar que a insuficiência estrutural de alimentos fosse sendo progressivamente eliminada. O certo, entretanto, é que as modificações em curso não têm tido força para libertar a Amazônia de sua tradicional dependência, em relação a áreas externas, no tocante ao abastecimento de suas populações. Para isso contribuem, naturalmente, por um lado, o baixo dinamismo até agora assumido pelas atividades propriamente de lavouras, pelas razões anteriormente examinadas, e, por outro lado, o aumento, com o crescimento urbano, dos segmentos populacionais consumidores, mas não produtores, de gêneros.

As manifestações mais expressivas dessa deficiência residem, com certeza, no caso dos produtos hortícolas e do leite. Os exemplos mais espantosos de populações castigadas pela escassez e pelos elevados preços desses gêneros são certamente os de Belém e Manaus, dois grandes aglomerados que, diferentemente das grandes cidades nordestinas, não contam com uma hinterlândia, como a representada pelas áreas agrestinas, onde se tenham especializado espaços de criação de gado leiteiro (bacias leiteiras) nem áreas de exceção, capazes de fornecer uma produção suficiente de hortaliças e frutas. A grande região recebe de outras áreas do País a maior parte dos produtos hortícolas e frutícolas que consome assim como importa de outras regiões brasileiras, e até do exterior (no caso de Manaus), quase todo o volume de leite de que necessita. Não se precisa mencionar que, nesse fato, reside uma das causas do estado de carência encontrado em significativo segmento da população e, ao mesmo tempo, um dos fatores de debilidade característica da estrutura econômica regional.

6.2 Problemas Referentes à Infra-estrutura de Circulação

Embora, como ficou entendido, a construção de grandes troncos rodoviá-

rios venha constituindo uma precondição e um fator de impulsionamento do processo de mudança em curso na Amazônia, o problema da acessibilidade constitui ainda uma das grandes dificuldades, ou até um dos grandes empecilhos, que se opõem ao desenvolvimento e à ocupação de amplos espaços da grande região. A vastíssima rede hidroviária (cerca de 20.000 km) que, durante séculos, representou o único meio de circulação, é, em grande parte, constituída por rios onde a navegação se interrompe durante certa fase do ano quando as áreas e localidades servidas apenas por essa via de transporte ficam isoladas. Também ficam isoladas durante parte do ano aqueles espaços dotados de rodovias cujo tráfego se interrompe sazonalmente. Desse modo, uma acessibilidade satisfatória somente existe nas áreas servidas por rios plenamente navegáveis durante todo o ano e/ou por estradas pavimentadas. O que não acontece na maior parte dos espaços da imensa região, neles incluindo-se até unidades federadas inteiras com as respectivas capitais, como é o caso do Estado do Acre e do Território de Roraima.

6.3 Problemas Relacionados com os Grandes Projetos de Exploração Mineral

No exame desse importante segmento do processo de mudança em curso na Amazônia, devemos ter em vista, preliminarmente, que a utilização do imenso potencial de recursos da grande região (V. Capítulo 2), através de muitos vultosos projetos, inclui-se menos em uma política visando centralmente ao desenvolvimento regional do que em uma política nacional relacionada com o setor externo da economia brasileira. A rigor, os grandes interesses atendidos, no caso, são, como se sabe, os ligados à balança comercial brasileira e às regiões hegemônicas do País, utilizadoras de divisas ou disponibilidades cambiais de cuja formação participam, e tendem a participar cada vez mais, as exportações de produtos oriundos das riquezas minerais situadas nos espaços amazônicos. Nisso, aliás, reside, sem dúvida, uma forma um tanto colonialista de sucção de recursos.

A par desse aspecto, temos de considerar a situação das populações afetadas pelas instalações destinadas à lavra e ao transporte dos minérios. Essas populações não se beneficiam, em maior escala, diretamente ou através dos governos locais, dos muito vultosos resultados econômicos dos empreendimentos em causa. E devemos ter em vista também que as desapropriações efetuadas e as construções realizadas têm, freqüentemente, sobre as organizações sócio-econômicas tradicionais das comunidades atingidas, um efeito destruturante que afeta negativamente sua estabilidade e suas condições de existência. Bem o atestam trabalhos idôneos já elaborados por pesquisadores da região.¹⁰

O estudo de medidas visando a minimizar o problema e a criar um mecanismo compensatório através do qual as populações das áreas de mineração se possam favorecer dos grandes projetos nelas instalados deve naturalmente considerar a hipótese de participação do erário das unidades federadas nos resultados econômicos dos empreendimentos de exploração mineral instalados nos respectivos espaços territoriais. A matéria bem que poderia ser considerada, ao nível legislativo constitucional, entre as que serão disciplinadas pela futura Assembléia Nacional Constituinte.

6.4 O Problema do Equilíbrio Ecológico e do Uso Predatório dos Recursos Florestais

Algumas observações acerca de aspectos básicos do problema do equilíbrio ecológico e do uso predatório dos recursos florestais na Amazônia devem ter em vista, preliminarmente, que as dimensões desses dois fenômenos interligados são geralmente subestimadas por serem pouco perceptíveis para quem sobrevoa a imensa região e para quem se baseia na visualização das imagens do satélite Landsat. Um levantamento que compreendesse não apenas os espaços desmatados mas, também, as áreas onde a floresta vem sendo perturbada e empobrecida pelo extrativismo madeireiro forneceria uma noção mais realista sobre as dimensões enormes que o problema vem assumindo.

Por outro lado, uma noção sobre a gravidade do fenômeno, em uma perspectiva de médio e longo prazos, não é, obviamente, a transmitida pela proporção representada pelas áreas desmatadas em relação aos espaços cobertos de mata. Apoio mais importante para orientar uma política de preservação de recursos florísticos e de defesa do equilíbrio ecológico seria o de um estudo prospectivo que levasse em conta que o crescimento das áreas desflorestadas vem ocorrendo em escala exponencial podendo assumir, dentro de algumas décadas, proporções inelutavelmente desastrosas.¹¹

Adicionalmente, devem ser consideradas as variações de natureza espacial assumidas pelo desflorestamento. Em grandes extensões de terras, é verdade que o fenômeno é ainda pouco expressivo, não se considerando (como não o devem ser) como áreas desmatadas as apenas perturbadas ou empobrecidas pelo extrativismo madeireiro. Entretanto são espaços de franca e intensa devastação florestal aqueles, já anteriormente citados, que, pela concentração populacional e pelos desequilíbrios sociais, se caracterizam como verdadeiras áreas-problema dentro da grande região-problema.

Neles, a agressão à natureza e a destruição dos seus recursos, através do extrativismo madeireiro, estão sendo continuadas pelo desmatamento total visando ao uso agrícola do espaço. Mas não se deve deixar de consignar, quanto a essa forma de devastação, a predominância crescentemente alarmante das áreas que, em vez de serem utilizadas com lavoura, se vão destinando, com o plantio de capim, às atividades pastoris. E não deixemos de registrar, finalmente, que a produção de carvão vegetal vem se constituindo, nas referidas áreas-problema, uma das atividades de efeito antiecológico que mais se vem expandindo ultimamente. Expansão que certamente tende a se acentuar, se assumir maior intensidade o movimento de transferência de pequenas siderúrgicas para espaços amazônicos.

CONCLUSÕES

As informações e considerações que acabam de ser expostas não pretendem, evidentemente, pelas circunstâncias que as ensejaram e pelo objetivo que as motivou, apresentar-se com um nível de precisão e de detalhamento carac-

terfístico de um diagnóstico regional. Todavia a *visualização* geral das realidades e problemas da Amazônia, nelas retratadas, serve de apoio à explicitação de umas poucas conclusões capazes de servir para definir algumas das diretrizes que devem ter as investigações e pesquisas específicas a se realizarem no espaço imenso aqui *visualizado*. Isso, dentro dos propósitos que inspiraram as viagens, inicialmente referidas, de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Sociais da FUNDAJ, àquela grande região brasileira. À parte as subentendidas no texto, essas conclusões são sobretudo as que abaixo se enumeram.

Primeira – Trata-se de grande espaço territorial do País que, nesta segunda metade do século, vem experimentando um intenso processo de expansão econômica, de mudança de sistema sócio-econômico e de ocupação territorial, por efeito de uma política do Governo Federal para ele voltada. Política que, ao lado de resultados positivos vem acarretando, também, efeitos maléficos altamente inquietantes.

Segunda – O referido processo, em seus múltiplos aspectos, está a reclamar, da parte do poder público e dos órgãos e pessoas competentes, estudos críticos e analíticos de avaliação, em profundidade, das diretrizes de que resultou, com vistas ao oferecimento de apoio técnico e científico para as correções de rumo e os aprimoramentos de que estão a carecer. Esses estudos deverão compreender, destacadamente, as mudanças em curso relacionadas, sobretudo, (i) com os desequilíbrios espaciais do crescimento econômico e demográfico, (ii) com as condições de existência das populações rurais e urbanas, (iii) com os deslocamentos populacionais (iv) com a preservação dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico.

Terceira – De modo mais particular, esforços devem ser desenvolvidos no sentido da sistematização e intensificação das investigações e estudos abrangendo a natureza, a profundidade e as variações espaciais e temporais do processo de mudança aqui focalizado, através:

- a) de uma linha de pesquisas alusiva aos fluxos migratórios *para e na* Amazônia, compreendendo especificamente:
 - Migrações para Belém
 - Migrações para Manaus
 - Migrações para cada uma das demais capitais da macrorregião
- b) de uma linha de pesquisas alusiva ao abastecimento alimentar das populações, compreendendo especificamente:
 - O problema do abastecimento alimentar em Belém
 - O problema do abastecimento alimentar em Manaus
 - O problema do abastecimento alimentar em cada uma das demais capitais da Amazônia
- c) de uma linha de pesquisas alusiva à ocupação territorial e à estruturação agrária dos espaços amazônicos caracterizados como de fronteira agrícola, compreendendo especificamente os situados:
 - No Sudeste Paraense e Pré-Amazônia Maranhense e Goiana
 - No Estado de Rondônia
 - No Estado do Acre
 - No Território de Roraima.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Segundo foi referido no documento elaborado no Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, datado de abril de 1985, intitulado Projeto de Viagem de Estudos à Amazônia, de autoria de um grupo de trabalho formado pelos pesquisadores Mário Lacerda de Melo (coordenador), Hélio Moura e Roberto Motta.
- 2 Grupo de viagem formado pelos pesquisadores Agostinho Odísio, Clóvis Cavalcanti, Mário Lacerda de Melo e Roberto Motta.
- 3 Contactos realizados:
 - Em Belém e arredores: Museu Goeldi, Banco da Amazônia (BASA), Centro de Pesquisas Agrícolas do Trópico Úmido (CEPATU) da EMBRAPA, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará (IDESP), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Zona Bragantina;
 - Em Manaus: Secretaria de Planejamento da Prefeitura, Comissão do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas (CDPHA), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA), Centro Nacional de Pesquisa de Seringa e Dendê (CNPSD), da EMBRAPA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA);
 - Em Rio Branco: Delegacia Regional do Ministério da Educação (MEC), Unidade de Pesquisa Agrícola (UEPAE), da EMBRAPA, e Universidade Federal do Acre;
 - Em Porto Velho: Universidade de Rondônia (UNIR) e Unidade de Pesquisa Agrícola (UEPAE) da EMBRAPA;
 - Em Boa Vista: Unidade de Pesquisa Agrícola (UEPAT) e Secretaria do Planejamento.
- 4 Encontro patrocinado pela entidade denominada "Protocolo das Universidades da Amazônia" que, periodicamente, reúne os pesquisadores de todo o conjunto de universidades da Amazônia Legal (inclusive as do Maranhão e do Mato Grosso).
- 5 O Novo Dicionário Aurélio (1975) registra, para o vocábulo *seringal* a conotação regional de "propriedade, fazenda, geralmente à margem de rios".
- 6 Nos termos do artigo 29 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, a Amazônia Legal abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará, Amazonas e Rondônia, pelos Territórios do Amapá e Roraima e pelas áreas do Estado de Mato Grosso do Norte ao norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás ao norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. Trata-se de uma Amazônia ampliada, para fins de política de desenvolvimento regional, cujos limites transgridem amplamente não apenas os da Grande Região Norte mas também os do domínio ecológico da selva equatorial brasileira.

- 7 Ver sobre o assunto: PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de Colonização e Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Universidade Federal do Pará, 1967.
- 8 Trata-se de pequenas manchas de solo de cor escura. Sobre elas têm ocorrido freqüentes achados arqueológicos. Daí a razão de se chamarem comumente "terras de índios" e de Kurt Niemendaju lhes haver atribuído origem antrópica. Quem sabe, porém, se, em vez disso, não foi por causa de sua fertilidade, talvez preexistente, que se tornaram áreas de concentração de populações primitivas?
- 9 Ver Exposição de Motivos Interministerial nº 015/74, de 24.9.1974 e Decreto nº 74.607, de 25.9.1974.
- 10 Alguns desses estudos foram apresentados no já referido V Encontro Regional de Pesquisadores da Amazônia.
- 11 Ver, a respeito: FEARNESIDE, Philip M. *A Floresta Vai Acabar?* in *Ciência Hoje*, órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, número de janeiro/fevereiro de 1984. Ver também as sugestões de leitura constantes desse trabalho.